

Martins Mafra, Rennan Lanna; Antunes, Elton
Comunicação, estratégias e controle da dengue: a compreensão de um cenário público
de experiência

Saúde e Sociedade, vol. 24, núm. 3, julio-septiembre, 2015, pp. 977-990
Universidade de São Paulo
São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=406263644019>

Comunicação, estratégias e controle da dengue: a compreensão de um cenário público de experiência¹

Communication, strategies and dengue control: the understanding of a public scenario of experiences

Rennan Lanna Martins Mafra

Universidade Federal de Viçosa. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de Comunicação Social. Viçosa, MG, Brasil.

E-mail: rennan.mafra@ufv.br

Elton Antunes

Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de Comunicação Social. Belo Horizonte, MG, Brasil.

E-mail: eantunes@ufmg.br

Resumo

Admitindo um esgotamento da relação de causalidade entre comunicação estratégica e controle da dengue, esse artigo objetiva compreender a comunicação em meio a cenários públicos de enfrentamento da doença. Sendo assim, parte de um olhar que considera o aspecto estratégico da comunicação, mas que, ao mesmo tempo, não o toma como única categoria - ou como categoria central - junto a uma dimensão comunicacional do problema público da dengue. A metodologia utilizada no artigo foi a pesquisa bibliográfica, que orientou tanto a busca por estudos sobre comunicação e controle da dengue quanto o levantamento dos fundamentos teóricos gerais que sustentam o horizonte explicativo ora proposto. Como principal resultado, evidencia-se que uma dimensão comunicacional do problema público da dengue constitui-se tanto por aspectos estratégicos quanto por aspectos inusitados, imprevistos e incontroláveis, compondo um cenário público de experiência nunca totalmente compreendido ou antecipado. Como conclusão, o artigo propõe cinco pressupostos relacionais para estratégias de comunicação em cenários públicos de experiência da dengue.

Palavras-chave: Comunicação; Estratégias; Dengue.

Correspondência

Rennan Lanna Martins Mafra

Avenida Peter Henry Rolfs, s/n, Campus Universitário. Viçosa, MG, Brasil. CEP 36570-000.

¹ Este artigo faz parte da tese de doutorado de Rennan Lanna Martins Mafra, *Vestígios da dengue no anúncio e no jornal: dimensões acontecimentais e formas de experiência pública na (da) cidade*, defendida em outubro de 2011 junto ao Programa de Pós-graduação em Comunicação Social da UFMG, com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Abstract

This work acknowledges the exhaustion of the causality relationship between strategic communication and dengue control and aims to understand communication within public scenarios for combating the disease. Thus, it considers the strategic aspect of communication but at the same time, does not take it as the single category - or as a central category - in the communicational dimension of the public problem of dengue. The methodology used in the article was bibliographic research. This research method guided the search for studies on communication and dengue control and the survey of the general theoretical foundations that support the proposed explicative frame. The main result shows that the communicational dimension of the public problem of dengue is constituted by strategic aspects and by unusual, unpredicted and uncontrollable aspects. These characteristics compose a public scenario of experiences that can neither be completely understood nor anticipated. In conclusion, this work proposes five relational assumptions for communication strategies in public scenarios of dengue experiences.

Keywords: Communication; Strategies; Dengue.

Introdução: estratégias de comunicação e controle da dengue

Somos testemunhas de um tempo em que meios, produtos e processos estratégicos de comunicação - particularmente sob o ponto de vista de instituições governamentais e de instâncias midiáticas - compõem publicamente o cenário problemático da dengue, em especial no Brasil (Mafra, 2011). Ainda que desde 1997 a implementação de ações epidemiológicas para erradicação da doença seja de responsabilidade municipal (Brasil, 1996), inúmeras campanhas publicitárias e informações estrategicamente preparadas pelos governos, em âmbitos nacionais, estaduais e municipais, buscam convocar o cidadão comum a tomar parte no controle da doença, a partir da oferta de dados sobre a reprodução de seu principal vetor, o mosquito *Aedes aegypti*, com vistas a tentar estimular cada indivíduo a contribuir na redução de focos de reprodução de tal inseto, em seus contextos de interação. No terreno da mídia, particularmente no campo jornalístico, um cardápio variado de notícias sobre a dengue ocupa espaços privilegiados nos tabloides e nos jornais televisivos, com o preocupante destaque para as mortes provocadas pelas formas hemorrágicas da doença.² Histórias de pessoas comuns entremeadas a denúncias de descasos governamentais constituem um cenário noticioso rico, pautado pela investigação, pelo questionamento público e pelo destaque de uma situação que insinua, pelo menos, um conjunto de interrogações sem resposta e um indicativo de epidemias cada vez mais comuns e sem previsibilidade de controle (Vaz; Cardoso, 2011). Não por acaso, o Ministério da Saúde (Brasil, 2014a) reconhece a dengue como a doença viral transmitida por mosquito que se propaga mais rapidamente no mundo, com expressivo aumento de hospitalizações. Além disso, nos últimos anos, a transmissão da doença passa por um fenômeno de interiorização, havendo cada vez mais o registro de casos de dengue em municípios de diferentes portes populacionais (Brasil, 2014a). Nos termos de Teixeira, Costa e Barreto (2011, p. 828), “[...] a dengue continua desafiando e causando perplexidade.”

² Em relação à presença de ocorrências das formas hemorrágicas no território brasileiro, dados oficiais do Ministério da Saúde (Brasil, 2014c) indicam que entre 1990 e 2013 o ano de 2008 foi o que mais apresentou casos confirmados no Brasil (4.455), seguido de 2010 (3.700) e de 2011 (2.802). Já o número de óbitos causados por tais formas foi maior em 2010 (300 casos), seguido de 2008 (259) e de 2013 (213).

Nessa seara, predomina no Ministério da Saúde a “[...] ideia hegemônica de que o controle da dengue só pode ser efetivado pela eliminação do vetor, considerado o único elo vulnerável da cadeia de transmissão” (Santos; Cabral; Augusto, 2011, p. 1320). Tal razão atribui a esforços comunicacionais estratégicos um lugar fundamental: imputa-se à geração de relações com públicos e à divulgação e à circulação de informações um caráter central para o extermínio da doença - já que é posto como necessário que diferentes sujeitos sociais tomem conhecimento de como podem contribuir para o seu controle, em seus próprios espaços cotidianos de vivência, e se sintam, nesta lógica, vinculados a uma causa social mais ampla, que os transcend (Henriques; Mafra, 2006; Villela; Almeida, 2013). Verifica-se, nas avaliações de alguns planos governamentais de controle da dengue, a indicação para realização de ações de caráter educativo voltadas a alterar o comportamento dos cidadãos com relação ao controle do vetor (Pessanha et al., 2009; Jardim, Schall, 2009) - questão para a qual a comunicação estratégica mostra-se implicada. Avaliações e tentativas de se mensurar os esforços estratégicos de comunicação (Hon, 2005) e/ou o conhecimento publicamente disponível em relação às formas de controle também têm sido empregadas. Sobre este último aspecto, os estudos de Gonçalves Neto et al. (2006) e de Santos, Cabral e Augusto (2011), por exemplo, partem de metodologia específica para avaliar a ampla e complexa relação entre o conhecimento dos sujeitos e suas atitudes práticas na vivência com a doença, em seus contextos específicos de vida.

No entanto, apesar da existência de consideráveis esforços dirigidos à compreensão e à ação de controle epidemiológico, dados oficiais (Brasil, 2014b) evidenciam um expressivo aumento no número de casos de dengue, em perspectiva comparada ao longo de 23 anos³ - com variações regionais e/ou temporais, motivadas possivelmente por fatores como clima e

aspectos meteorológicos (Gomes; Nobre; Cruz, 2012), precariedade das estruturas urbanas (Gomez-Dantes; Willoquet, 2009) e outras variáveis socioeconômicas como escolaridade, nível de renda e expectativa de vida ao nascer (Teixeira; Cruz, 2011). Todavia, é curioso vislumbrar que a efetividade não alcançada das ações de controle da doença é atribuída, muitas vezes, pelas autoridades sanitárias, aos âmbitos da “[...] responsabilidade individual da população e da gestão municipal” (Santos; Cabral; Augusto, 2011, p. 1320). Instigante também é notar que, se ainda persiste a visão institucional hegemônica que aposta numa relação de causalidade entre eliminação do vetor e controle da dengue, parece também persistir, por parte de tais autoridades, uma visão que estabelece e aceita uma relação de causalidade entre estratégias de comunicação para mobilização social e controle da doença, por meio do foco dado às ações para eliminação do mosquito (Mafra, 2011).

Assim, sem desconsiderar a importância da informação e da comunicação estratégica nesse processo, algumas indagações podem ser elaboradas: poder-se-ia admitir que a busca pela geração de vínculos sociais e pela disponibilização de informações, de maneira estratégica, seria capaz de provocar um contexto favorável para que “um efeito” prático de redução da doença ocorresse? Não haveria subentendida nessa relação de causalidade a expectativa de descoberta de uma “fórmula mágica” que atribuiria às campanhas da dengue e às estratégias de comunicação para mobilização social uma força considerável, capaz de envolver os sujeitos num processo de problematização e de suscitar, junto aos mesmos, uma interpretação pública, amplamente compreensível, de que é preciso ser corresponsável para acabar com a doença?

Obviamente não são recentes as tentativas de resposta a tais indagações. Numa rápida passagem por estudos científicos publicados em qualificados periódicos brasileiros,⁴ pode-se inferir de modo

³ Segundo o Ministério da Saúde (Brasil, 2014b), houve 40.279 casos confirmados de dengue no Brasil em 1990. Em 2013, foram confirmados 1.470.487 casos - 3650,76% de casos confirmados a mais do que em 1990.

⁴ Para finalidades de composição introdutória da argumentação deste artigo foram consultados os seguintes periódicos: Saúde e Sociedade, Ciência & Saúde Coletiva, Interface - Comunicação, Saúde Educação, Revista de Saúde Pública e Cadernos de Saúde Pública. Dessa forma, na plataforma Scielo foram buscados artigos em cada uma dessas revistas a partir da palavra-chave “dengue”. Depois, foram selecionados os artigos que discutiam o problema da dengue de modo interdisciplinar com as ciências humanas e sociais. Em seguida, todos os trabalhos coletados foram lidos e agrupados em abordagens argumentativas comuns acerca da problemática da comunicação e da dengue. Por fim, foram escolhidos alguns estudos para representar as abordagens propostas (sobretudo os mais citados e/ou com argumentação mais explícita acerca da abordagem). Ressalta-se aqui que o objetivo dessa busca não foi o de fazer um estudo específico

preliminar que a problemática acadêmica entre comunicação e controle da dengue se expressa por meio de três grandes abordagens.⁵ Numa primeira abordagem encontram-se estudos que admitem haver causalidade entre comunicação estratégica e controle da dengue. Neles aparecem temáticas como: a problematização do papel do jornalismo e da adequação da mídia de massa para promover o controle do vetor (França; Abreu; Siqueira, 2004); a avaliação da participação e do estoque de conhecimentos que os sujeitos possuem com vistas a aprimorar a disseminação da informação (Chiaravalloti Neto; Moraes; Fernandes, 1998); ou mesmo a busca por estratégias voltadas a envolver a população para evitar a proliferação do mosquito, para superar uma lacuna entre o conhecimento e as atitudes dos indivíduos (Gonçalves Neto et al., 2006).

Numa segunda abordagem encontram-se os estudos que, apesar de admitirem uma relação de causalidade entre comunicação e controle do vetor, já problematizam o lugar da informação, da mídia de massa, da relação entre conhecimento/controle prático e dos contextos de interação nos quais se dispõe os sujeitos - além de ampliarem e de buscarem superar uma visão de controle do vetor como o único gesto responsável pelo controle da dengue. Nessa linha encontram-se estudos que: questionam a relação de causalidade entre conhecimento e controle prático, problematizando as campanhas em relação à diversidade de contextos existentes (Chiaravalloti Neto, 1997); expressam a necessidade de aprimorar canais de comunicação entre as populações, os agentes comunitários de saúde e os próprios profissionais da saúde para aperfeiçoamento das ações de controle da doença (Chiaravalloti et al., 2002; Chiaravalloti Neto et al., 2007; Reis, Andrade,

Cunha, 2013); problematizam a comunicação centrada apenas no repasse de informações pautado por discursos comportamentalistas e prescritivos, recomendando práticas comunicativas orientadas pelo diálogo e pela reflexividade (Silva et al., 2011); apresentam a dengue como um conjunto de representações que fazem sentido para os sujeitos, para além de uma ideia geral e homogeneizante de apropriação campanhista e midiática da informação, bem como distinguem “informar” de “educar” e também de “comunicar” (Lefèvre et al., 2007).

Por fim, numa terceira abordagem encontram-se estudos que evidenciam o esgotamento da relação de causalidade entre comunicação estratégica e controle da doença. Neles reconhece-se que a comunicação participa da constituição do problema público da dengue, mas não há atribuição de expectativas de controle às práticas comunicativas estratégicas. Em meio a essa terceira abordagem aparecem questões como: críticas à visão campanhista (Araújo, 2012) e realce da relação entre controle, autonomia e protagonismo dos sujeitos (Sales, 2008); críticas a uma abordagem midiocêntrica e à supervalorização da comunicação estratégica para o controle da dengue, em meio à existência de cenários complexos conformados por outros problemas sociais, sobretudo nas periferias (Araújo, 2012); ponderações sobre o convívio social como elemento mais instigante do que a informação para se refletir sobre os pluralistas cenários contemporâneos de ação, pautados pelo engajamento coletivo (Oliveira, 1998); discussões sobre mediação e estudos de usuários (Villela; Almeida, 2013); reflexões sobre a análise teatral para a construção de espaços de escuta, procurando superar a correlação causal entre comunicação estratégica e controle (Oliveira et al., 2012); ponderações que

sobre os periódicos nem o de apresentar uma espécie de evolução e ampliação dos estudos, mas apenas o de posicionar, de modo preliminar, um estado da arte possível acerca da pesquisa sobre comunicação e dengue no Brasil. Inclusive, é curioso notar que, a depender das premissas e das conclusões elaboradas nos artigos, estudos de um mesmo autor podem estar classificados em abordagens diferentes. Sendo assim, mais do que classificar os autores, o objetivo de evidenciar esses estudos foi o de classificar os conteúdos científicos a partir das três abordagens propostas. Para conclusões mais contundentes em outros trabalhos que tenham a finalidade de classificar os estudos sobre comunicação e dengue, ressalta-se a necessidade de ampliar a busca em outros periódicos nacionais, como também em plataformas científicas internacionais.

⁵ Um trabalho inspirador à forma de busca pelos periódicos foi o artigo “Dengue: educação, comunicação e mobilização na perspectiva do controle - propostas inovadoras”, de Rangel S. (2008). Destaca-se que o louvável gesto da autora é mais amplo e profundo, e sua finalidade também não corresponde, de modo exato, à finalidade que tivemos para fins de composição introdutória desse artigo. Outra observação que necessita ser feita é que tais abordagens não coincidem com uma espécie de apresentação temporal dos estudos. Como poderá ser visto, há estudos que, desde muitos anos atrás, filiam-se a uma perspectiva de esgotamento acerca da relação entre comunicação e controle da dengue, como também há estudos contemporâneos que se ligam a perspectivas que reforçam a causalidade em questão.

indicam a comunicação, a educação e a mobilização social como âmbitos fundamentais que participam do processo de prevenção e promoção da saúde, mais pelas capacidades “[...] de abrir espaços de diálogo e conversação entre profissionais, agentes de saúde e população, na busca de solução para os problemas que os afetam, do que pelo seu potencial de mudar comportamentos e atitudes individuais frente a riscos à saúde” (Rangel S., 2008, p. 439).

De tal sorte, as discussões aqui presentes objetivam filiar-se à terceira abordagem de estudos supracitada, admitindo o esgotamento da relação de causalidade entre comunicação estratégica e controle do vetor. De modo mais específico, esse artigo se propõe a problematizar a relação entre comunicação, estratégias e controle da dengue, a partir de um olhar que dê conta da dimensão estratégica da comunicação, mas que não a considere como única categoria - ou como categoria central - junto ao aspecto comunicacional da própria dengue, enquanto um fenômeno público. Em última análise, investimo-nos, junto com outros pesquisadores, da tarefa de descortinar uma dimensão comunicativa da dengue que considere tanto aspectos estratégicos da comunicação quanto aspectos comunicacionais inusitados, imprevistos e incontroláveis.

Tal empreitada, que aqui denominamos de a compreensão de um cenário público de “experienciamento”,⁶ inicia-se com a seção “Dos efeitos às interações”, momento em que aventamos as perspectivas comunicacionais que podem nos inspirar a pensar duas formas de se apanhar uma dimensão comunicativa da dengue. Na seção seguinte, “Comunicação em tentativas, dispositivos interacionais e uma noção relacional de público”, tentamos refletir em que medida configuram-se, publicamente, as interações e as experiências dos sujeitos e das instituições, de

modo a nos indicar uma noção de público não pautada unicamente pelas estratégias, mas pelo processo mesmo de experienciamento público da dengue. Por fim, em “Conclusão: cinco pressupostos relacionais para estratégias de comunicação em cenários públicos de experienciamento da dengue”, tentamos propor reflexões sobre quais sentidos poderiam ser atribuídos à comunicação estratégica, em meio ao complexo, incontrolável e inusitado cenário público de experiências em curso com esse desafiador problema coletivo.

Dos efeitos às interações

No caminho de tentar descortinar uma dimensão comunicativa da dengue vimo-nos diante de um dilema, acima de tudo, epistemológico, que dita os contornos e os liames de nossa abordagem sobre a questão proposta. Isso porque a escolha de um caminho que busca compreender o problema público da dengue por um viés comunicacional vincula-se diretamente aos desafios que são próprios às perspectivas comunicacionais que animam as perguntas diante das realidades de estudo possíveis. Nesse contexto, se nossas escolhas teóricas voltam-se simplesmente a compreender a comunicação como responsável por mobilizar os sujeitos, fornecendo informações e gerando vínculos com as organizações públicas que se investem de ações para o controle da dengue, nosso olhar cairia no cardápio dos efeitos, incitando-nos questionamentos, como: o que levaria os sujeitos e/ou a própria mídia a se mobilizarem ou não para o combate à doença; quais meios ou produtos da comunicação ganhariam maior efetividade, do ponto de vista de seu potencial mobilizador; quais características a comunicação teria na conformação de campos problemáticos⁷ que engajassem os su-

6 Utilizamos o neologismo “experienciamento” para acentuar a noção de processo e evitar uma tradução literal da noção pragmatista de experiencing utilizada por Quéré (2010), para quem “[...] na experiência, é possível distinguir duas dimensões estreitamente associadas: há experiência de alguma coisa; e há experiencing. Há experiência de acontecimentos, de situações, de objetos, de coisas materiais, de pessoas e, mais amplamente, de condições circundantes, ou ainda de ações, de maneiras de agir, de maneiras de operar ou de ‘conexões operatórias’ entre as coisas. (...) E há o experiencing, que é uma combinação de sofrer em transações com os objetos e os acontecimentos do ambiente; seus agentes são ‘agencies of doing and undergoing’ (agenciamentos de fazer e sofrer)” (Quéré, 2010, p. 32-33). Nessa concepção pragmatista o sujeito não é tomado como agente e controlador da experiência, mas como criatura integrada a ela. Quanto a isso, é válido anunciar que a discussão sobre a noção de experiência será desenvolvida, sobretudo, nas seções “Dos efeitos às interações” e “Comunicação em tentativas, dispositivos interacionais e uma noção relacional de público”.

7 Quéré (2005, p. 27) entende campo problemático como um “conjunto de problemas enredados, cuja análise está mais ou menos estabelecida (em termos de causas e consequências, de tipos de agentes e de tipo de razão de agir) e cujo tratamento é encarado em termos de alternativas relativamente definidas”.

jeitos e/ou a mídia na luta contra a dengue; em que medida o processo de mobilização social instaurado pelas instituições na sociedade apresentaria limites e possibilidades em termos de participação e de geração de corresponsabilidade⁸ (como efeitos das provocações estratégicas); dentre outros. Desse modo, por essa perspectiva, a comunicação é tomada como atribuição (Ricoeur, 2005): seria um fato primeiro a partir do qual ela determinaria os componentes, os fatores e as funções de um campo problemático, instaurado publicamente sobre a dengue.

Por esse viés, que se vincula também ao que França (2002) aponta como perspectiva informacional, a comunicação acaba sendo vislumbrada como um processo transmissivo de um emissor para um receptor, provocando determinados efeitos. A partir desse olhar, os instrumentais conceituais e metodológicos dos estudos em comunicação orientam-se a contemplar o processo comunicativo de forma mecânica e separada: analisa-se, portanto, a lógica da produção, dos emissores, as características dos meios - evidenciadas por sua natureza técnica e modos operatórios; as mensagens e seus conteúdos; a posição e a atitude dos receptores, além de privilegiar os resultados (os efeitos da transmissão).

Diante disso, duas particulares pontuações, próprias às limitações que tal perspectiva impõe à abordagem do problema da dengue, podem ser, dessa maneira, sintetizadas. A primeira delas nos ajuda a problematizar em que medida a compreensão de uma dimensão comunicativa da dengue resumiria apenas a um olhar sobre as estratégias produzidas e/ou sobre sua efetividade cotidiana em termos de mobilização social. A segunda delas nos induz a suspeitar de que a compreensão sobre limites e possibilidades de engajamento de sujeitos sociais e instituições no controle do vetor não poderia realmente se restringir a uma abordagem que investiga apenas como cada um reage a uma interpretação (e, sobretudo, a informações), adotando o princípio de ação que preconiza sempre a corresponsabilidade como valor ideal.

Sendo assim, eleger uma perspectiva informacional para se compreender a dimensão comunicativa

do problema público da dengue traria alguns riscos. Um dos mais preocupantes refere-se ao fato de tal olhar tomar a experiência dos sujeitos com a dengue, do ponto de vista comunicacional, como algo programado, controlado e mensurado por uma entidade ou por um sujeito individual ou coletivo em destaque na vida social, que teria supostas condições de sair da própria experiência para compreendê-la e movimentá-la. Por esse prisma, experiência denota conhecimento, como evidencia a crítica de Gumbrecht (2010): é fruto de uma pulsão metafísica e cartesiana, cunhada por um modo característico de se relacionar com o mundo - típico do *senhor desse orbe*: o homem moderno. Se experienciar se resumisse apenas a conhecer, logo, estudar experiência pública da dengue seria o mesmo que (1) estudar o conhecimento público de informações que as pessoas possuem sobre a doença e (2) delimitar possíveis indicações sobre como aumentar/diminuir esse quantitativo informacional no estímulo ao controle da doença.

Superando essa visão, Dewey (1980) aponta que as experiências são possíveis porque existe uma constante interação entre criatura viva e ambiente, e é na situação mesma do estar-junto, em certos contextos que tomam forma, que sujeito e ambiente se encostam, se trocam e se modificam. A experiência se dá, portanto, quando há transação entre um organismo e o ambiente que o rodeia, em que cada um é afetado pelo outro e age segundo sua constituição. Inúmeras e diversas formas de interação entre sujeitos e ambiente são tão possíveis e indeterminadas como os são também os inúmeros e variados contextos de interação.

Dessa maneira, buscamos uma perspectiva que abandona a preocupação com os efeitos (e, por sua vez, com alguém que produz estímulos, separado de alguém que os recebe) e oferece possibilidades de se compreender a dinâmica comunicacional instaurada junto a uma experiência pública da dengue que emerge na vida em coletividade. Tal perspectiva, que entende processos comunicativos como interações (Braga, 2012a), considera que, ao contrário de uma lógica transmissiva, em que mensagens são

8 Segundo Henriques, Braga e Mafra (2004, p. 43-44), corresponsabilidade pode ser definida quando um público de um projeto mobilizador sente-se também responsável por seu sucesso, “[...] entendendo a sua participação como uma parte essencial no todo (...) [sendo] gerada, basicamente, pelos sentimentos de solidariedade e compaixão.”

enviadas de um emissor a um receptor, provocando determinados efeitos, a comunicação constitui-se por interlocutores (em âmbitos de produção ou recepção) como instituidores de sentido, que “[...] partem de lugares e papéis sociais específicos” (França, 2002, p. 27). Em outras palavras, a comunicação, por uma perspectiva relacional, pode ser entendida como um processo que cunha relações entre sujeitos inseridos em determinados contextos, por meio de uma materialidade simbólica (da produção de discursos), organizando e empregando sentido ao estar-junto, à interação. O interessante dessa perspectiva é que ela objetiva buscar a circularidade e a globalidade do processo comunicativo, contemplando uma inter-relação intrínseca entre esses elementos. França (2002, p. 27) ainda elucida que “[...] a especificidade do olhar da comunicação é alcançar a interseção de três dinâmicas básicas: o quadro relacional (relação dos interlocutores); a produção de sentidos (as práticas discursivas); a situação sociocultural (o contexto).”

De tal sorte, ao escolhermos a perspectiva relacional para compreendermos uma dimensão comunicativa da dengue, um movimento conceitual decorrente nos foi também solicitado: a destituição da centralidade das estratégias de comunicação (seus usos e sua efetividade) na investigação da dimensão comunicativa da dengue, para entendê-las como formas possíveis de interação em meio a outras tantas inusitadas formas. De modo mais específico, as estratégias de comunicação e informação, deflagradas como tentativas de controle da dengue, constituem-se como formas possíveis às quais instituições e sujeitos elegem para agir diante do problema público da dengue, no seio da experiência pública. Mas outras formas de interação entre sujeitos e ambiente são tão possíveis e indeterminadas como são também os inúmeros e variados contextos de interação. Nesse sentido, investigar experiência pública é, antes de tudo, estar atento ao estatuto comunicacional desses inúmeros contextos públicos de interação (Ricoeur, 2005) - empreitada para a qual a perspectiva informacional não oferece possibilidades.

Diante disso, não seria possível aceitar de imediato a premissa de que os sujeitos blindam-se por uma espécie de “apatia” diante de estímulos

oferecidos pelas campanhas e pelos processos estratégicos de comunicação - fato que justifica a sempre e inútil procura por fórmulas mágicas capazes de fraturar essa blindagem e de tornar os cidadãos receptivos ao controle do vetor. Talvez seja mesmo inadequado tal questionamento, diante de uma perspectiva relacional da comunicação que enxerga as estratégias e os produtos como aspectos que se inserem em meio a sujeitos múltiplos e plurais, a sujeitos em tentativas de comunicação, como será visto na próxima seção.

Comunicação em tentativas, dispositivos interacionais e uma noção relacional de público

Do ponto de vista da comunicação, quem seriam os sujeitos da dengue ou os sujeitos que experimentam o problema público da doença? Obviamente, nos âmbitos em que a comunicação estratégica é produzida, há pretensões próprias, ligadas fortemente a um projeto de efeitos, empreendido pelos profissionais que ocupam os campos das relações públicas, da publicidade, do jornalismo e da comunicação e saúde, em geral. Indaga-se como irão reagir os cidadãos a tal campanha, quais os impactos ela será capaz de trazer, que efeitos provocará a manchete de capa do jornal, quantos jornais serão vendidos, quantos casos a menos de dengue serão projetados depois da veiculação de tais informações, dentre outros questionamentos. Não é de se espantar que a visão imperante nos campos estratégicos que produzem comunicação seja ainda atraída por uma causalidade entre comunicação estratégica e controle da dengue: afinal de contas, os gastos com a concepção, com a produção e com a logística da comunicação devem ser justificados junto aos setores que as viabilizam, em termos de *metas e de resultados concretos*.

Por isso, no caso das estratégias de comunicação, as pressões para perceber o intangível e dar concretude ao abstrato acabam, grande parte das vezes, materializando-se nas supostas reações dos sujeitos interpelados pelas estratégias - como se os mesmos fossem entidades mensuráveis, previsíveis, acabadas e mais ou menos estáveis. A rotina de quem trabalha com produtos da comu-

nicação acaba sendo uma interminável aposta, que muitas vezes combina um exaustivo uso de probabilidades e de estudos quantitativos de influência da comunicação sobre os comportamentos dos indivíduos - como forma de justificar os recursos empregados - com um apelo esotérico a mandingas e a rituais de sorte - rogando aos bons ventos que provoquem os efeitos pretendidos. Metáforas à parte, justamente pela comunicação constituir-se por um movimento ininterrupto e inacabado, os profissionais que desta atividade fazem seu ganha-pão se veem implicados num contínuo dilema de controle: necessitam apostar que sobrepujam algo (aqueles reações dos sujeitos) que, ao fim e ao cabo, sabem ser impossível de se dominar.

Não por acaso, é possível tomar tal dilema como ponto de partida em direção a uma compreensão mais ampla, voltada ao descortinamento de uma espécie de gramática própria dos processos comunicativos. Por esse caminho, Braga (2010) toma a comunicação como um fenômeno que se constitui por um esforço de “[...] troca, articulação, passagem entre grupos, entre indivíduos, entre setores sociais [...]”, com frequência desencontrado, conflitivo, que agrupa interesses de todas as ordens, “[...] marcado por casualidades que ultrapassam ou ficam aquém das intenções” (p. 69). Assim, para o pesquisador, comunicação é sempre “tentativa”, com variada probabilidade e baixa precisão, na qual “[...] o ajuste e a sintonia são apenas aproximadamente previsíveis, geralmente de reduzida qualidade” (Braga, 2010, p. 70). Por essa perspectiva, todo episódio comunicacional - que significa a concretude de uma comunicação - carrega certo grau de imprecisão, algo como uma margem maior ou menor de “ensaio-e-erro”, de modo que, numa espécie de “pluralidade tentativa”, as regras de interação são tentadas e testadas, estando “[...] sujeitas a aperfeiçoamento, mutação, caducidade, evanescência ou irrelevância” (Bruck; Jesus, 2012, p. 34).

Por conta disso, em outro trabalho, Braga (2012b, p. 2) elucida que “[...] em cada modo ou processo social, a sociedade experimenta modos de interagir. Tais práticas acabam se tornando disponíveis para a sociedade, ‘modelando’ os processos comunicacionais acionados.” Tais matrizes são chamadas por Braga (2011) de dispositivos interacionais. Para o autor, o episódio comunicacional sempre se desenvolve no âmbito de tais dispositivos, matrizes disponíveis socialmente e produzidas “[...] nas circunstâncias históricas e açãoáveis nos contextos específicos dos participantes” (Braga, 2011, p. 6). Se, por exemplo, a invenção da imprensa ofereceu à sociedade novas matrizes de interação a partir de uma textualidade impressa, o mesmo também acontece com as novas tecnologias de comunicação e de informação, que oferecem também outros modos de relação a partir de práticas distintas. Assim, a necessidade mesma de interagir produz dispositivos a partir do estoque disponível de técnicas, práticas e processos - estoque este que se comporta para viabilizar, sempre tentativamente, a interação e para dotá-la de “[...] forma, sentido, substância e direcionamento” (Braga, 2011, p. 2). Obviamente, em jogo relacional, as “[...] interações modificam e reinventam os dispositivos acionados” (Braga, 2011, p. 5), numa prática tentativa e constante de reelaboração empreendida pelos participantes.⁹

Nessa perspectiva, pensar a comunicação como episódios em tentativas “acolhidas por” e “modificantes de” dispositivos interacionais sustenta o argumento lançado na seção anterior: não existe nenhum ente (instituição ou indivíduo) em vantagem na experiência social capaz de se ausentar da experiência para dominar inteiramente as regras da interação. As interações são (re)testadas e (re)tentadas em espaços e modos de uso - os dispositivos - “[...] não apenas caracterizados por regras institucionais ou pelas tecnologias acionadas; mas também pelas estratégias, pelo ensaio-e-erro, pelos agenciamentos táticos locais - em suma - pelos

⁹ Quanto a isso, em outro trabalho, Braga (2012b, p. 6) também aponta que: “Sendo parcialmente ‘código’ (sistema de regras) o dispositivo é também, na sua realização prática, espaço potencial de desvio, de criação, de ajuste e de ‘invenção social’. Ser espaço de invenção não significa que a invenção será necessariamente positiva, valorável em termos humanos, sociais, psicológicos, estéticos etc. Significa apenas que a sociedade e seus participantes tentam de algum modo desenvolver sistemas de interação para atingir seus objetivos - e ao fazê-lo, a própria ação prática tentativa cria processos”.

processos específicos da experiência vivida e das práticas sociais" (Braga, 2011, p. 11).¹⁰

Por esses termos, os sentidos produzidos pelos sujeitos ao vivenciarem a dengue coletivamente aparecem em gestos vinculados a dispositivos interacionais: é em meio a eles que os sujeitos se afetam, mútua e reciprocamente, mergulhados em expectativas e em contextos específicos, interpondo situações singulares com experiências anteriores. A comunicação estratégica - que, por sua vez, se constitui por conjuntos de gestos significantes de instituições e de outros sujeitos - pode ser compreendida por essa lógica: produz formas de interação, interpretadas em meio a outras formas (família, trabalho, cotidiano, lazer); afetam os sujeitos, que por sua vez produzem gestos que afetam a interpretação das estratégias e a outros sujeitos, num processo tentativo ininterrupto, conformado em meio a dispositivos interacionais que alimentam simultâneos e diversos contextos institucionais e culturais.

Assim, os sujeitos que experimentam o problema da dengue podem ser compreendidos como públicos na medida em que se inserem em dispositivos, provocados pela vivência de uma dada situação (Queré, 2003). Uma visão relacional de público pode ser assim definida, nos termos de França (2006, p. 80-81):

[...] o sentido de público não advém de sua dimensão coletiva, numérica, nem pelo partilhamento de representações e valores, mas por uma ação comum. Um público surge quando determinados acontecimentos, produtos, obras projetam (estabelecem) um contexto institucional, uma situação que provoca sentido e propicia às pessoas envolvidas passar pela mesma experiência ("sofrer a mesma experiência").

Tudo isso nos faz crer que públicos são sujeitos em ação recíproca, vivendo e passando por uma experiência (em experiencião); são sujeitos afetados por dispositivos interacionais, constituídos por tentativas de episódios comunicacionais. O público,

por esses termos, não existe aprioristicamente; ele se faz e emerge, provocado pela força de um acontecimento (Quéré, 2005), inserindo-se, portanto, "[...] num processo ininterrupto de experiencião, em que o sentido dos fenômenos não aparece como pronto, acabado, determinado, mas está sob constante (re)fundaçõa" (Marques; Mafra, 2014, p. 12).

É por conta disso que relativizar o caráter muitas vezes "mágico" atribuído às estratégias de comunicação (como "fórmulas eficientes de estímulo", dirigidas ao engajamento dos sujeitos no controle da dengue) e revelar seus embates em campos problemáticos com outras forças comunicativas, representa uma tentativa de ampliar a compreensão dos processos sociais e da própria experiência dos sujeitos, diante de um problema público. Assim, na construção pública da dengue como problema, os sujeitos sentem-se mais ou menos afetados a depender dos dispositivos interacionais e de seus quadros de experiência, à medida que abrem e são forçados (ou não) a abrirem um campo problemático diante da doença, em processos tentativos. E não há a mínima garantia de que os produtos estratégicos de comunicação consigam prever a abertura de um campo problemático; muito menos os profissionais que pensam tais produtos sequer conseguiram prever a natureza das interpretações (se estas levarão ao engajamento, à corresponsabilidade, à ironia, ao descaso etc.). Isso significa que as estratégias de comunicação enfrentam diferentes formas de linguagem, advindas de sujeitos não "virgens", encarnados em panos de fundo pragmáticos, de modo que as tais estratégias sempre dependerão do modo pelo qual e o quanto a dengue lhes afeta, em seus contextos de vida.

Por tudo isso que não podemos tomar a comunicação como um ente responsável pelo extermínio da dengue; muito menos como coisa externa aos sujeitos, com autonomia própria, possuidora de habilidades de persuasão e/ou de quase encantamento.

¹⁰ Às vezes, há momentos em que tais interações podem atingir aquilo que Braga (2010) chama de raridade, um modo interacional específico chamado de "comunicação-comunhão". Entretanto, pondera o autor, não se pode tomar a totalidade do fenômeno comunicacional como esses momentos de valor alto e precioso, bem-sucedidos, articuladores de reconhecimento mútuo, "[...] onde surgem aqueles raros lampejos de encontro como mundo e com os outros" (p. 69). O episódio comunicacional concreto constitui-se muito mais por tentativas de troca, frequentemente desencontradas, permeadas de conflitos e interesses de toda ordem, "[...] marcada por casualidades que ultrapassam ou ficam aquém das intenções" (Braga, 2010, p. 69).

Ficção pura é supor a comunicação como artefato - facilmente adestrado, modulado e a serviço de mentes pensantes - e/ou como externalidade aos sujeitos.

Conclusão: cinco pressupostos relacionais para estratégias de comunicação em cenários públicos de experiência da dengue

Diante de um cenário incontrolável, marcado por contextos/sujeitos plurais e por inúmeras formas de comunicação, investimo-nos, no espaço desta conclusão, de uma proposição possível para se pensar a relação entre estratégias de comunicação e controle da dengue. Se já constatamos que tais estratégias, por si sós, não poderiam nunca garantir o controle do vetor, e se estamos diante de um cenário público de experiência marcado pela complexidade, a nosso ver o peso atribuído às estratégias de comunicação deve ser matizado de maneira a vislumbrá-las em meio ao problema público da dengue para além de uma perspectiva de efeitos.

A partir de tais questionamentos não desejamos, dessa maneira, argumentar contra a existência das estratégias de comunicação; propomos, tão somente, outro olhar, contrário à visão que sugere e que avalia as estratégias sob a égide dos efeitos. Sendo assim, a escolha de uma perspectiva relacional da comunicação pode ser profícua, no sentido de aventar uma compreensão que tome uma relação entre estratégias de comunicação e problema público da dengue, tendo em vista a identificação de cinco pressupostos, intimamente correlacionados.

O primeiro deles refere-se a um olhar que toma as estratégias não como ações supostamente “mágicas”, que conseguem distanciar as instituições públicas de um próprio contexto público de experiências no qual elas se encontram em meio aos sujeitos. Numa visão contrária, processos estratégicos de comunicação podem ser vislumbrados como formas de interpretação da dengue. Isso significa que, pela visão relacional, tais processos são lidos como formas de se interpretar a doença, especialmente por parte de instituições e de órgãos públicos; entretanto,

não são formas exclusivas, muito menos podem ser tomados como sempre preferenciais no modo como os sujeitos experimentam esse problema público.

Assim, o segundo pressuposto que uma visão relacional da comunicação nos auxilia a constituir refere-se a uma compreensão de que as estratégias de comunicação não são gestos apartados da experiência e da vida social; numa visão que toma o problema da dengue em meio a um cenário público de experiência, os processos estratégicos de comunicação podem ser tomados pela noção de dispositivo: eles expressam determinados dispositivos interacionais, que se embatem junto a outros dispositivos da vida social - e se misturam a situações inusitadas, irônicas, críticas, apáticas, cuja raiz de sentido não se encontra fora dos inúmeros e imprevisíveis contextos interacionais (contextos estes periféricos, violentos, indiferentes, engajados, politicamente sensíveis, enfim, múltiplos e plurais).

O terceiro pressuposto que nos inspira a tentar compreender a relação entre estratégias de comunicação e problema público da dengue refere-se à metáfora do epicentro. Uma perspectiva relacional da comunicação nos permite tomar os processos estratégicos de comunicação como epicentros de informações e de relações: em torno de tais dispositivos interacionais podem gravitar algumas questões que, em determinado momento, podem afetar um conjunto de sujeitos (o que também significa que, talvez, tais questões nem sequer sejam alcançadas por outro conjunto de sujeitos); justamente por isso, a comunicação estratégica não pode garantir, por si só, que ao redor de tal epicentro logrará uma força que reproduzirá, ininterruptamente e com intensidade semelhante, as ondas relacionais advindas de seu núcleo. Enfim: se os processos estratégicos de comunicação para o controle do vetor possuem algum poder, este só se realiza à medida que existem contextos e sujeitos sensíveis, alertas e atentos, dispostos a completar e a participar da construção do sentido projetado, sempre o modificando em meio aos seus quadros interacionais.

O quarto pressuposto, decorrente desse raciocínio, nos indica, portanto, que as estratégias de comunicação instituem âmbitos em que

determinados tipos de discursos se precipitam, não havendo correspondência exata entre tais discursos (que buscam reconfigurar o mundo a seus modos próprios, estimulando os sujeitos ao controle do vetor) e os discursos que os sujeitos partilham em suas formas de comunicação mais livres e espontâneas, nas relações que estabelecem na vida social.

Por fim, o quinto e último pressuposto nos indica que as estratégias de controle da dengue, nesse sentido, nunca poderiam se resumir a processos estratégicos de comunicação: se a comunicação é algo incontrolável, não totalmente prevista e de caráter múltiplo, como confiar que a comunicação estratégica de uma instituição/de um agente público/de um ator social dá conta de controlar algo (a dengue) a partir do uso de um mecanismo (a comunicação) que, por si só, é irrefreável? Por conta disso, as estratégias de comunicação sempre provocam epicentros e se mostram como fundamentais para expressarem, publicamente, um tipo de compreensão (quase sempre autorizada e refletida) sobre o problema público da dengue. Mas não seria justo - e muito menos adequado - que a comunicação estratégica seja tomada como linha de ação pública prioritária, e julgada como aspecto basilar de efetividade junto ao controle do vetor. O investimento em um conhecimento técnico-especializado e em outros tipos de ação pública (sobretudo em pesquisas, no aumento e na valorização de agentes qualificados para exercer tal controle, no rompimento da visão hegemônica que aposta no controle do vetor como única forma de controle da doença e em inovações na ação pública do Estado como um todo) pode apresentar maiores chances de obter mais sucesso no combate à dengue.

Por tudo isso, não se pode esperar da comunicação o que ela não pode oferecer, especialmente que tal campo de práticas sociais possa garantir a descoberta de uma fórmula mágica e universalmente capaz de controlar o vetor da doença, a partir do compartilhamento de informações supostamente eficazes, capazes de transformar um cidadão “desinformado” num típico agente público “colonizado” (situação que não seria, em última análise, nem desejável). A comunicação,

enquanto campo de ação e de conhecimentos, há de oferecer, certamente, a leitura de que estamos diante de um problema público grave, cujo cenário comunicacional de experiência é sempre imprevisto, inusitado e incontrolável, demonstrando às instituições da sociedade - sobretudo às públicas - uma necessidade de investimentos outros, para além da aposta sempre frustrada (e quase nunca ingenuamente proposta) na comunicação estratégica como ação pública prioritária no controle da dengue.

Referências

- ARAÚJO, I. S. As mídias, as instituições de saúde e a população: convergências e divergências na comunicação sobre a prevenção da dengue. *Organicom: revista brasileira de comunicação organizacional e relações públicas*, São Paulo, v. 9, n. 16/17, p. 50-66, 2012.
- BRAGA, J. L. Nem rara, nem ausente: tentativa. *Matrizes*, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 65-81, 2010.
- BRAGA, J. L. Dispositivos interacionais. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 20., 2011, *Anais eletrônicos...* Porto Alegre: Compós, 2011. p. 1-15. Disponível em: <<http://www.compos.org.br/biblioteca.php>>. Acesso em: 30 jul. 2014.
- BRAGA, J. L. Interação como contexto da comunicação. *Matrizes*, São Paulo, v. 6, n. 1/2, p. 25-41, 2012a.
- BRAGA, J. L. Uma teoria tentativa. *Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação - E-compós*, Brasília, DF, v. 15, n. 3, p. 1-17, 2012b.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde. *Plano Diretor de Erradicação do Aedes aegypti no Brasil*. Brasília, DF, 1996.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Descrição da doença (Dengue)*. Brasília, DF, 2014a. Disponível em: <<http://portalsauda.saude.gov.br/index.php/descricao-da-doenca-dengue>>. Acesso em: 30 jul. 2014.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Casos de dengue: Brasil, grandes regiões e unidades federadas, 1990 a 2013*. Brasília, DF, 2014b. Disponível em: <<http://portalsauda.saude.gov.br/index.php/casos-de-dengue-brasil-1990-2013>>. Acesso em: 30 jul. 2014.

portalsaude.saude.gov.br/images/pdf/2014/julho/31/Dengue-classica-at---2013.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Casos graves de dengue*: Brasil, grandes regiões e unidades federadas, 1990 a 2013. Brasília, DF, 2014c. Disponível em: <<http://portalsaude.saude.gov.br/images/pdf/2014/julho/31/Graves-at---2013.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2014.

BRUCK, M. S.; JESUS, E. Prof. Dr. José Luiz Braga: dispositivos interacionais: lugar para dialogar e tensionar conhecimentos. *Dispositiva - Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Faculdade de Comunicação e Artes da PUC Minas*, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 29-38, 2012.

CHIARAVALLOTTI, V. B. et al. Avaliação sobre a adesão às práticas preventivas do dengue: o caso de Catanduva, São Paulo, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 5, p. 1321-1329, 2002.

CHIARAVALLOTTI NETO, F. Conhecimentos da população sobre dengue, seus vetores e medidas de controle em São José do Rio Preto, São Paulo. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, p. 447-453, 1997.

CHIARAVALLOTTI NETO, F.; MORAES, M. S. de; FERNANDES, M. A. Avaliação dos resultados de atividades de incentivo à participação da comunidade no controle da dengue em um bairro periférico do Município de São José do Rio Preto, São Paulo, e da relação entre conhecimentos e práticas desta população. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 14, p. S101-S109, 1998. Suplemento 2.

CHIARAVALLOTTI NETO, F. et al. O Programa de Controle do Dengue em São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil: dificuldades para a atuação dos agentes e adesão da população. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 7, p. 1656-1664, 2007.

DEWEY, J. A arte como experiência. In: _____. *Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1980. p. 87-105.

FRANÇA, V. R. V. Paradigmas da comunicação: conhecer o quê? In: MOTTA, L. G. et al. (Org.). *Estratégias e culturas da comunicação*. Brasília, DF: UnB, 2002. p. 13-29.

FRANÇA, V. Sujeito da comunicação, sujeitos da comunicação. In: GUIMARÃES, C.; FRANÇA, V. (Org.) *Na mídia, na rua: narrativas do cotidiano*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 61-88.

FRANCA, E.; ABREU, D.; SIQUEIRA, M. Epidemias de dengue e divulgação de informações pela imprensa. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 5, p. 1334-1341, 2004.

GOMES, A. F.; NOBRE, A. A.; CRUZ, O. G. Temporal analysis of the relationship between dengue and meteorological variables in the city of Rio de Janeiro, Brazil, 2001-2009. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 11, p. 2189-2197, 2012.

GOMEZ-DANTES, H.; WILLOQUET, J. R. Dengue in the Americas: challenges for prevention and control. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v.25, p. S19-S31, 2009. Suplemento 1.

GONCALVES NETO, V. S. et al. Conhecimentos e atitudes da população sobre dengue no Município de São Luís, Maranhão, Brasil, 2004. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 10, p. 2191-2200, 2006.

GUMBRECHT, H. U. *Produção de presença*: o que o sentido não consegue transmitir. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed-Puc Rio, 2010.

HENRIQUES, M.; BRAGA, C.; MAFRA, R. L. M. O planejamento da comunicação para a mobilização social: em busca da corresponsabilidade. In: HENRIQUES, M. S. (Org.). *Comunicação e estratégias de mobilização social*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 33-58.

HENRIQUES, M. S.; MAFRA, R. L. M. Mobilização social em saúde: o papel da comunicação estratégica. In: SANTOS, A. (Org.). *Caderno mídia e saúde pública*. Belo Horizonte: Escola de Saúde Pública: Funed, 2006. p. 101-112.

HON, L. C. O mosaico da avaliação em relações públicas. *Organicom (USP)*, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 96-115, 2005.

- JARDIM, J. B.; SCHALL, V. T. Prevenção da dengue: a proficiência em foco. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 11, p. 2529-2530, 2009.
- LEFÈVRE, A. M. C. et al. Representações sobre dengue, seu vetor e ações de controle por moradores do município de São Sebastião, litoral Norte do Estado de São Paulo, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 7, p. 1696-1706, 2007.
- MAFRA, R. L. M. *Vestígios da dengue no anúncio e no jornal: dimensões acontecimentais e formas de experiência pública na (da) cidade*. 2011. Tese (Doutorado em Comunicação Social) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.
- MARQUES, A.; MAFRA, R. Diálogo e organizações: cenas de dissenso e públicos como acontecimento. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES DE COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL E RELAÇÕES PÚBLICAS, 8., 2014, Londrina. *Anais eletrônicos...* Londrina: Abrapcorp, 2014. p. 500-512. Disponível em: <[http://abrapcorp.org.br/site/manager/arq/\(cod2_21198\)Anais_VIII_ABRAPCORP_2014.pdf](http://abrapcorp.org.br/site/manager/arq/(cod2_21198)Anais_VIII_ABRAPCORP_2014.pdf)>. Acesso em: 30 jul. 2014.
- PESSANHA, J. E. M. et al. Avaliação do Plano Nacional de Controle da Dengue. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 7, p. 1637-1641, 2009.
- OLIVEIRA, R. M. de. A dengue no Rio de Janeiro: repensando a participação popular em saúde. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 14, p. S69-S78, 1998. Suplemento 2.
- OLIVEIRA, D. F. et al. Construção de espaços de escuta, diagnóstico e análise coletiva de problemas de saúde pública com a linguagem teatral: o caso das oficinas de jogos teatrais sobre a dengue. *Interface: Comunicação, Saúde, Educação*, Botucatu, v. 16, n. 43, p. 929-942, 2012.
- QUERÉ, L. Le public comme forme et comme modalité d'expérience. In: CEFAÏ, D., PASQUIER, D. (Ed.). *Les sens du public: publics politiques, publics médiatiques*. Paris: PUF: Currap Cems, 2003. p. 113-114.
- QUERÉ, L. Entre facto e sentido: a dualidade do acontecimento. *Trajectos: Revista de Comunicação, Cultura e Educação*, Lisboa, n. 6, p. 59-74, 2005.
- QUÉRÉ, L. O caráter impessoal da experiência. In: GUIMARÃES, C; LEAL, B. S.; MENDONÇA, C. (Org.). *Entre o sensível e o comunicacional*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 19-38.
- RANGEL-S, M. L. Dengue: educação, comunicação e mobilização na perspectiva do controle - propostas inovadoras. *Interface: Comunicação, Saúde, Educação*, Botucatu, v. 12, n. 25, p. 433-441, 2008.
- REIS, C. B.; ANDRADE, S. M. O. de; CUNHA, R. V. da. Aliados do A. Aegypti: fatores contribuintes para a ocorrência do dengue segundo as representações sociais dos profissionais das equipes de saúde da família. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, p. 517-526, 2013.
- RICOEUR, P. *Discours et communication*. Paris: Editions de L'Herne, 2005.
- SALES, F. M. de S. Ações de educação em saúde para prevenção e controle da dengue: um estudo em Icaraí, Caucaia, Ceará. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 175-184, 2008.
- SANTOS, S. L. dos; CABRAL, A. C. dos S. P.; AUGUSTO, L. G. da S. Conhecimento, atitude e prática sobre dengue, seu vetor e ações de controle em uma comunidade urbana do Nordeste. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 16, p. 1319-1330, 2011. Suplemento 1.
- SILVA, L. B. et al. Comunicação sazonal sobre a dengue em grupos socioeducativos na atenção primária à saúde. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 45, n. 6, p. 1160-1167, 2011.
- TEIXEIRA, M. G.; COSTA, M. da C. N.; BARRETO, M. L. E o dengue continua desafiando e causando perplexidade. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 5, p. 828-828, 2011.
- TEIXEIRA, T. R. de A.; CRUZ, O. G. Modelagem espacial da dengue e variáveis socioambientais no Município do Rio de Janeiro, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 3, p. 591-602, 2011.

VAZ, P.; CARDOSO, J. A epidemia da dengue como questão política: risco e sofrimento no Jornal Nacional em 2008. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 20., 2011, *Anais eletrônicos...* Porto Alegre: Compós, 2011 p. 1-16. Disponível em: <<http://www.compos.org.br/biblioteca.php>>. Acesso em: 30 jul. 2014.

VILLELA, E. F. de M.; ALMEIDA, M. A. de. Representações Sociais sobre Dengue: reflexões sobre a mediação da informação em Saúde Pública. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 124-137, 2013.

Contribuição dos autores

Os autores trabalharam juntos em todas as etapas de produção do manuscrito.

Recebido: 19/04/2014
Reapresentado: 23/07/2014
Aprovado: 28/08/2014